

EDITORIAL

QUANDO EU SOLTAR MINHA VOZ SOBRE BRUMADINHO POR FAVOR ENTENDA: AS EMPRESAS DE QUE PRECISAMOS

LUIS FELIPE NASCIMENTO

Doutor em Economia e Meio Ambiente, Universität Gesamthochschule Kassel – GHK, Alemanha.
Professor Titular do Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
nascimento1f@gmail.com

Você sabia que a Constituição Brasileira estabelece que a riqueza do subsolo brasileiro pertence ao Estado? Se pertence ao Estado, pertence a todos nós, certo? Para explorar os minérios e o petróleo, Getúlio Vargas criou a Vale e a Petrobrás. O próprio Estado criou as leis e os mecanismos de controle da exploração das riquezas do nosso subsolo. Mesmo com todo o controle ambiental, estas duas empresas cresceram e estão hoje entre as maiores do Mundo.

A Vale foi privatizada sob o argumento que assim teria uma melhor gestão e seria uma empresa mais eficiente. Por mais incrível que pareça, mesmo o Estado sendo sócio minoritário na Vale, os políticos continuam nomeando os dirigentes da Empresa. Em Minas Gerais, 80% dos deputados receberam apoio das mineradoras e vários deles são ligados às mineradoras. Cidades como Brumadinho são altamente dependentes de uma única empresa. Restringir as ações destas empresas causaria desemprego e danos para as tais cidades. Diante de tanto poder político e econômico, da importância histórica e cultural da mineração para a região, seria possível fechar uma empresa destas? Seria possível restringir a atuação das mineradoras no Estado de Minas Gerais? Eu sou dos que acreditam que precisamos das empresas e de explorar os recursos naturais, mas colocando a vida das pessoas e o meio ambiente antes da maximização dos lucros. Não importa se a empresa é muito importante para a cidade, se ela não for socioambientalmente responsável, deve ser pressionada para mudar e não impor as suas chantagens.

Na aviação, costuma-se dizer que um avião não cai por uma única falha, que é preciso haver uma conjunção de fatores para ocorrer uma tragédia. Nas demais atividades acontece a mesma coisa, uma tragédia é o resultado do somatório de várias falhas. Alguém poderá argumentar que a mineração é uma atividade de risco e que acidentes podem ocorrer. Sim, é uma atividade de risco, mas eles podem ser minimizados se forem aplicadas as medidas preventivas e se a operação seguir a legislação. Cabe lembrar que o setor químico e petroquímico é um outro setor com atividades potencialmente perigosas. No passado ocorreram vários acidentes com empresas químicas e petroquímicas. Foi então que as grandes empresas deste setor resolveram criar o “Programa de Atuação Responsável” e estimularam que todas as empresas do mesmo domínio seguissem as medidas de segurança propostas. O resultado foi que diminuíram drasticamente os acidentes no setor. Há indícios de que a Vale tinha conhecimento dos riscos, mas que preferiu corrê-los para não reduzir sua lucratividade. Está na hora do setor de mineração assumir um compromisso semelhante, que mude a postura das empresas e que evite novas tragédias.

Tratando sobre a concessão de direitos para explorar uma atividade, lembrei-me da história de como surgiram as primeiras empresas no mundo. Isto correu quando o homem passou a viver em comunidades e um único artesão não conseguia atender determinadas demandas. Por exemplo, para construir uma ponte eram necessários muitos corpos, e assim surgiram as “corporações”,

reunião de corpos. Diante da necessidade de construir uma ponte, a comunidade autorizava a formação de uma empresa (corporação) para atender aquela demanda. A empresa poderia ser desfeita após a conclusão da obra, ou continuar construindo. Se a ponte caísse, esta empresa não poderia mais operar e os responsáveis seriam punidos. Com o desenvolvimento do capitalismo, perdemos esta noção de que as empresas não existem só para dar lucro aos seus proprietários. Esquecemos de que nós clientes, nós sociedade, somos a razão do existir das empresas. Portanto, elas não devem operar causando danos para o meio ambiente, que é de todos, e tão pouco em condições inseguras para os seus colaboradores. Quem fizer isto deve perder a “licença de operação”. Se o Estado não retira esta licença, nós consumidores, podemos deixar de comprar seus produtos e serviços. Como cidadãos, podemos exigir que tais empresas se adequem às legislações e que sejam responsabilizadas pelos seus atos.

Os exemplos recentes mostram que após catástrofes provocadas por grandes empresas, são atribuídas multas milionárias e seus dirigentes são indiciados criminalmente. Prender os técnicos ou o presidente da empresa por alguns dias, serve apenas para acalmar a sociedade. Verifica-se que passados alguns anos, as multas continuam sendo “negociadas” e os responsáveis continuam sem julgamento. Vinte anos depois, os processos são arquivados e nada acontece. Não raramente, a empresa troca de nome e ressurgue como se não tivesse nenhuma relação com a anterior. Este tipo de empresa nos interessa? É para estas empresas que vamos dar o nosso dinheiro? Para essas empresas que o Estado deve usar os recursos dos nossos impostos para oferecer financiamento a juros subsidiados, energia barata, construir estradas e portos para que sejam mais rentáveis as suas operações? É razoável argumentar que elas devam continuar operando porque geram empregos e “riqueza para o país”?

Felizmente, existem empresas que fazem o bem para a sociedade, que estão cada vez mais engajadas em causar impactos positivos, em resolver problemas dos seus consumidores e ajudar a melhorar o Mundo. Estas merecem a nossa permissão para operar. As demais, merecem o nosso repúdio até que provem que se adequaram e só então voltarão a merecer nossa licença. Podemos sim escolher de quem comprar. A cada dia fica mais fácil saber quem fez os produtos que compramos e quais os impactos que eles causam. Uma sociedade consciente dos seus direitos e vigilante, terá empresas melhores, entregando produtos e serviços aprimorados. Pense nisto!